

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

JOSÉ ALFREDO DE CASTRO NETO

**ENTRE O INCÊNDIO E A CLAUSURA, A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1963-1966**

Porto Alegre
2016

José Alfredo de Castro Neto

**ENTRE O INCÊNDIO E A CLAUSURA, A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1963-1966**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. M.^a Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitor: Prof. Pós-Drª. Jane Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof. Drª. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof. Dr. Moisés Rockembach

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Souza

Coordenador Substituto: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

CIP - Catalogação na Publicação

Castro Neto, José Alfredo de
ENTRE O INCÊNDIO E A CLAUSURA, A BIBLIOTECA
PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE
1963-1966 / José Alfredo de Castro Neto. -- 2016.
42 f.

Orientador: Márlise Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Biblioteca Pública do Estado do RS. 2.
Preservação da cultura. 3. Patrimônio cultural. I.
Giovanaz, Márlise, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santa Cecília, Porto Alegre, RS

CEP: 90035-007

Telefone: (51) 3316-5146

E-mail: fabico@ufrgs.br

José Alfredo de Castro Neto

Entre o incêndio e a clausura, a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1963-1966

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Examinado em: ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. M.^a Marlise Maria Giovanaz - UFRGS

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Eliane Lourdes da Silva Moro - UFRGS

Examinadora

Dir. Bibl. Morganah Marcon - Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço, a minha família, Maria Beatriz, minha mãe a qual apesar de seus cuidados e medos quanto as minhas escolhas, sempre esteve presente e ao meu lado apoiando minhas decisões. Orides Antonio, meu pai, que apesar de não estar mais entre nós, me mostrou o caminho dos valores os quais tenho, sendo um exemplo para mim até hoje. Biane, minha irmã, a qual se fez e faz presente na minha vida de forma constante, sendo além de irmã, uma grande amiga.

A professora Marlise, a qual me mostrou no primeiro semestre de graduação, que a informação, a história e a cultura andam lado a lado, moldando minha escolha quanto ao trabalho de conclusão e me apoiando em seu percurso.

Aos meus amigos, Bruno Karst o qual é um irmão para mim, Camila, Vinicius, Thiago, Ester, Mario, Marcelo, Daniara, e Ana, minha namorada, os quais me apoiaram antes e durante meu período de formação. Espero que possamos aproveitar muito o caminho que temos pela frente. Como diria o escritor Eric Maria Remarch, “somente aqueles que habitam constantemente a solidão, sabem a alegria de se reunir”. Aos meus colegas e amigos de trabalho, Bruno, Fátima e Lidiane, os quais me auxiliaram na composição deste trabalho e fizeram com que o trabalho do dia a dia se tornasse mais feliz. E a todos que colaboraram em minha formação profissional, e que de alguma forma fizeram diferença em minha vida.

“A cultura, sob todas as formas de arte, de amor e de pensamento, durante milênios, capacitou o homem a ser menos escravizado”.

André Malraux

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE) no período de 1963-1966. Busca mostrar através da análise de jornais, revistas e documentos produzidos na época o interesse do Estado e de seus governantes com esta instituição e com seu patrimônio. No referencial teórico deste trabalho foram abordados temas como patrimônio cultural, memória bibliográfica, identidade regional, o contexto histórico do Brasil e do Rio Grande do Sul na década de sessenta e a trajetória da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul no período analisado. Este estudo tem caráter exploratório, sendo, em síntese, uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. Por fim, este estudo busca mostrar o interesse do governo gaúcho e de suas políticas sobre a cultura do Estado do Rio Grande do Sul e no seu patrimônio, demonstrado através da gestão da Biblioteca Pública do Estado. Ao final, este estudo pretende comprovar, através dos atos dos governos do Rio Grande do Sul, um descaso criminoso com o patrimônio cultural vinculado à Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Biblioteca Pública do Estado do RS. Preservação da cultura. Patrimônio cultural.

ABSTRACT

The object of this study is the Public Library of the state of Rio Grande do Sul (BPE) on the period of 1963-1966. It aims to show, by an analysis of the content of newspaper, journals and documents produced at that time, the interest of the state and of its governors about this institution and its patrimony. In the theoretical background of this work, the approach will be centered around themes like cultural heritage, bibliographic memory, regional identity, the historical context of Brazil and the state of Rio Grande do Sul during the sixties and the trajectory of the Public Library of Rio Grande do Sul State during the analyzed period. This study has an exploratory bias and it is, in summary, a documental research with a qualitative approach. At last, this study aims to show the interest of the state's government and its politics about the culture of the state of Rio Grande do Sul and its patrimony, illustrated by the management of the Public Library of the State. Finally, this study intent to prove by the governments acts the criminal neglect about the cultural heritage bounded to the BPE.

Keywords: Public Library of RS State. Preservation of culture. Cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reportagem do jornal Correio do Povo de 27/08/1963.	28
Figura 2 - Coluna 'O Perdigueiro' do jornal Folha da Tarde de 27/01/1966. ...	30
Figura 3 - Reportagem do jornal Folha da Tarde de 11/02/1966.....	32
Figura 4 - Charge de Francisco Stockinger do jornal Folha da Tarde de 02/08/1966.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH-RS	Associação Nacional de História do Rio Grande do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BPE	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONG	Organização Não Governamental
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SEC/RS	Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul
SEDAC	Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul
SOP/RS	Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O PATRIMÔNIO E A BIBLIOTECA	14
2.1 Patrimonio Cultural, Memória Bibliográfica, Identidade Regional e a indiferença.....	14
3. O BRASIL, O RIO GRANDE DO SUL E A BIBLIOTECA PUBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 60	17
3.1 Brasil e Rio Grande do Sul na Década de 60.....	17
3.2 Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul.....	21
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é a instituição madrinha da ciência e da cultura, conhecer sua história, assim como denunciar e repensar seus problemas é uma forma de garantir com que a propagação e a preservação do conhecimento e da cultura continuem. Para este estudo foi escolhida a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE), devido à importância da Biblioteca como instituição na instrução da população, guarnição e disseminação da cultura e da informação.

O contexto histórico-político da época que a pesquisa abrange era conturbado, período que apresentou mudanças drásticas de regimes políticos, mudando de uma democracia para um regime ditatorial. De 1963 a 1966, a censura à informação e perseguição a ideologias políticas e pessoas contrárias ao regime que tomava controle do país ganhava força no Estado, tendo influência direta sobre o governo, a cultura e suas instituições. A relação entre esse contexto e a Biblioteca Pública necessitava ser estudada para uma maior compreensão da história da instituição BPE, como também foi importante para entender o interesse ou desinteresse e o cuidado ou descuido do governo do estado do Rio Grande do Sul com o patrimônio e a cultura. Outra motivação para a realização deste trabalho foi a disponibilidade de material sobre o período, fundamentalmente a partir de uma coleção de recortes de jornais da própria BPE e um relatório da biblioteca do ano de 1965. Este acervo de recortes não tem sido utilizado como fontes de estudo para a Biblioteconomia e para o conhecimento da história da BPE. Ou seja, o fato de não ter sido realizado nenhum trabalho sobre este contexto da BPE foi a causa final para realização deste estudo.

Esta pesquisa teve como objetivos específicos refletir sobre os conceitos de patrimônio cultural, preservação da memória bibliográfica e identidade regional; identificar o contexto histórico nacional e regional na década de 60; traçar a trajetória da BPE e identificar seus principais acontecimentos até o início do período analisado. O objetivo geral deste estudo foi recuperar informações sobre problemas transcorridos com a BPE entre 1963 e 1966.

O trabalho buscou recuperar informações sobre problemas transcorridos com a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul entre 1963 e 1966. Foram ponderados, ao longo do trabalho, conceitos de patrimônio cultural, preservação da

memória bibliográfica e identidade regional. Foi explanada a contextualização histórica da época, também mostrando as mudanças políticas ocorridas na década de sessenta, para retratar o panorama a qual a Biblioteca estava inserida. Foi apresentado também um breve histórico sobre a instituição Biblioteca Pública desde sua fundação até o período de análise. O objetivo principal deste trabalho foi identificar o descaso do poder público em relação à instituição Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

A contextualização histórica, política e a trajetória da Biblioteca até o período de análise dos documentos foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica. Esse processo foi dividido em três etapas, a primeira parte exploratória, na qual o pesquisador investigou a disponibilidade de material a ser analisada; a segunda etapa foi a coleta de reportagens que contextualizem os problemas enfrentados pela Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul do ano de 1963 a 1966; e a terceira parte é compreendida pela análise dos dados, feita através das informações coletadas por meio de uma lista de reportagens e documentos elencados e separadas cronologicamente.

A análise dos dados foi feita através das informações coletadas na coleção de recortes de jornais da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no acervo do setor do Rio Grande do Sul. As reportagens foram ordenadas por período e por assunto, editoriais e entrevistas que tratassem e demonstrassem o descaso do Governo do Estado quanto à BPE. As reportagens foram selecionadas para analisar o contexto estudado, compreendendo o período de 1963 a 1966. Como contraponto foi analisado também o Relatório Anual da BPE entregue à administração estadual no ano de 1965. Ao final são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

Iniciar-se-á, portanto, na próxima sessão com o debate teórico que norteou este trabalho, a contextualização e a história da BPE, que foram abordadas ao longo de três divisões: “patrimônio cultural, memória bibliográfica, identidade regional e a indiferença”, “Brasil e Rio Grande do Sul na década de 60” e “Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul”.

2 O PATRIMÔNIO E A BIBLIOTECA

Nesta sessão serão apresentados conceitos que amparem a pesquisa quanto ao significado de patrimônio cultural e de seus desdobramentos.

2.1 Patrimônio Cultural, Memória Bibliográfica, Identidade Regional e a indiferença

Dissertar a respeito de uma instituição cultural e histórica como a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul remete a conceitos básicos, mas ao mesmo tempo complexos, porém são fundamentais para compreender seu contexto e sua relevância para a sociedade e a cultura. A Biblioteca Pública tem como uma de suas missões, salvaguardar o patrimônio cultural do Estado. O que é patrimônio cultural?

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “aquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afectou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referencia aos monumentos herdados das gerações anteriores. (FUNARI, 2001, p. 23).

São duas linhas que diferem em seu sentido, na origem latina, trata *patrimonium* como uma herança, não necessariamente cultural, pode ser um recurso ou um bem material, enquanto a origem saxã, *denkmalpflege* trata o patrimônio como um gesto de cuidado com um legado, ou como mencionado por Funari “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”. Devido a estes velhos conceitos, que ainda influenciam nossa concepção do que é patrimônio cultural, ficamos muitas vezes presos à ideia de que patrimônio cultural são somente monumentos, construções, objetos antigos e velhos costumes, porem é muito mais amplo que isso.

[...] el patrimonio no incluye sólo la herancia de cada pueblo, las expresiones “muertas” de su cultura –sitios arqueológicos, arquitectura colonial, objetos antiguos em desuso-, sino también lós bienes actuales, visibles e invisibles –nuevas artesanías, lenguas conociinientos, tradiciones. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 16).

Ou seja, patrimônio cultural não é só o antigo, são costumes atuais e antigos, construções, objetos, expressões, conhecimentos, crenças que fazem sentido para um grupo de pessoas. Segundo o site do Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, patrimônio cultural é:

[...] o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem superstições, rituais, festas. (UNIVERSIDADE..., 2009).

A biblioteca pública como instituição da informação e da memória é um dos principais pilares da preservação e propagação do patrimônio cultural, ela acaba por se constituir e influenciar através desses fatores.

A biblioteca como criação social reflete a cultura que a gerou e, por sua vez, atua sobre a cultura à medida que, veiculando seus valores, crenças e padrões comportamentais, contribui para a preservação e difusão da herança cultural. (GOMES, 1982, p.15).

Ou seja, seu conteúdo e suas estruturas são o reflexo de seus usuários, como também, forma e instrui os mesmos, preservando a cultura através da memória, isto é, elas andam juntas e a preservação e propagação da cultura depende da memória. Mas por que a biblioteca pública é um local de cuidado e preservação da memória? Segundo França (2002), os lugares de memória se configuram assim, como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva. O que caracteriza muito bem a Biblioteca Pública, lembrando que a mesma salvaguarda a produção bibliográfica do Estado do Rio Grande do Sul.

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. (LE GOFF, 2003, p. 425).

Por conseguinte, podemos interpretar que a memória escrita, ou como nomeada no título, memória bibliográfica, é uma condição de propagação da

memória e do patrimônio cultural, ou como fala Baez (2004, p. 23) “Esse vínculo poderoso entre o livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda a humanidade”. Contudo um dos principais pontos ainda não foi abordado, sendo uma característica que fundamenta a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a identidade regional. A identidade regional no sentido analisado, de origem, não difere da nacional.

As identidades nacionais, não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que temos de nós mesmos. (MIRANDA, 2000, p. 82).

Como acima é explicada, identidade é um conjunto de características a qual um grupo se identifica ou é identificado, normalmente constituída através de uma difusão de ideias, ou como menciona Miranda (2004, p. 23), “é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que temos de nós mesmos”. O reconhecer-se como um grupo, apesar das diferenças e individualidades é o que forma a identidade de um povo.

A identidade é sempre o mais complexo. Ela se realiza a partir da consciência de que a riqueza das pluralidades culturais esta precisamente nesse potencial de superação dos orgulhos ou marcas particulares de cada um. (GIARDINELLI, 2003, p. 82).

Sendo assim, identidade regional é um conjunto de características em comum na população de uma região, as quais se reconhecem com tais particularidades e se identificam com as mesmas.

3. O BRASIL, O RIO GRANDE DO SUL E A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 60

Devido à conturbação política do período analisado, serão apresentados o contexto histórico e político da década de sessenta em âmbito nacional e regional para proporcionar uma maior compreensão do panorama da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

3.1 Brasil e Rio Grande do Sul na Década de 60

Eleito em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, chegava ao final de seu mandato. Com a fundação de Brasília e outras obras públicas, o Brasil aumentava sua dívida externa e abria seu mercado ao capital estrangeiro. Segundo Cotrim (2002), essa era a causa de os nacionalistas dizerem que a política econômica de Juscelino tinha a vantagem de ser modernizadora, mas o defeito de ser desnacionalizadora. Este processo de abertura às empresas estrangeiras ocasionou uma elevação na industrialização nacional, sendo um chamariz da migração do campo para a cidade.

Em janeiro de 1961 chegou à presidência da república Jânio Quadros, o qual recebeu o país após o mandato de Juscelino com uma grave crise financeira devido a uma intensa inflação acompanhada do crescimento da dívida externa. Tentando enfrentar estes problemas, acabou congelando salários, restringindo crédito entre outras medidas extremas que acabaram ocasionando um descontentamento social. Tentando ampliar o mercado consumidor externo, o Brasil reatou relações diplomáticas com países que tinham o modelo comunista de governo.

Assim foram restabelecidas as relações diplomáticas com a União Soviética e se condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul um dos líderes da revolução cubana, Ernesto “Che” Guevara. Essas atitudes preocuparam tanto os representantes norte-americanos quanto a classe dominante brasileira e acirraram as correntes de oposição a seu governo. (COSTA, 2009, p. 343).

Como mencionado anteriormente, as medidas que tentavam sanar a crise, acabaram o tornando impopular pela esquerda, e sua postura diplomática com

países como a União Soviética acabou por prejudicá-lo com a ala política de direita. A oposição, sabendo que o presidente Jânio estava cada vez mais sem apoio se aproveitou do momento.

Na noite de 24 de agosto, sete anos após o suicídio de Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, agora governador da Guanabara, denunciava na televisão uma suposta tentativa de golpe de Jânio Quadros, para a qual ele teria sido “convidado” pelo ministro da Justiça, Pedro Horta. (ALENCAR, 1981, p. 298).

Na manhã do dia seguinte, devido a pressões da oposição o então presidente do Brasil, Jânio Quadros, renuncia a seu cargo, enquanto seu vice-presidente João Goulart estava na China em uma missão diplomática.

Os ministros militares indicados por Jânio, que continuavam no cargo, lançaram um manifesto contra a posse de João Goulart, abrindo uma crise política. Estava criada a grave crise, acentuada por dois governadores. No Rio de Janeiro, o udenista Carlos Lacerda usou de meios ilegais para ampliar o clima de confusão, apreendendo jornais, censurando outros, mandando espancar e prender defensores de Goulart. (CALDEIRA, 1997, p. 299).

O segundo governador mencionado acima, é Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul. Eleito em 1958, Brizola recebeu o governo do Estado do ex governador Ildo Meneghetti com grave crise, ocasionada por causa do desinteresse do governo federal com o Estado do Rio Grande do Sul. O governo de Brizola foi marcado por diversas mudanças na postura política do Estado, desapropriando empresas estrangeiras e fundando empresas com prevalência de capital público, tendo maior controle do Estado sobre serviços básicos oferecidos à população. Um de seus maiores legados foi quanto ao ensino de base.

Desenvolveu a rede de ensino público com vasto programa de construção de escolas pré-fabricadas – brizoletas. Em 1958 – 61, o número de professores praticamente triplicou, enquanto os alunos matriculados saltavam de 281 mil para 461 mil. (MAESTRI, 2010, p. 371).

Por suas medidas, o seu nome foi cada vez mais aprovado pelo povo gaúcho. Em 1961 criou uma cadeia de rádios em prol do apossamento do vice-presidente. Convocou a população às ruas, e conseguiu converter para causa da legalidade o

comandante do terceiro exército General Machado Lopes. Com a pressão vinda do Rio Grande do Sul para a posse de Goulart, o Congresso Nacional serviu de intermediador e solucionador temporário para a crise.

Negociando com todas as forças políticas e militares, e no dia 29 de agosto, quatro dias após a renúncia de Jânio, chegou-se a uma fórmula de compromisso: a adoção de uma emenda constitucional que, instituindo um sistema de governo parlamentarista, limitava assim os poderes do presidente da república. (CALDEIRA, 1997, p. 299).

Porém, em 1963, João Goulart convocou um plebiscito quanto à continuidade do parlamentarismo ou à queda do mesmo, resultando na volta do presidencialismo ao Brasil. Entretanto, o período democrático brasileiro estava com os dias contados. Devido a pressões e conspirações, nacionais e internacionais, por intermédio da oposição e de grande parte das forças armadas, calcadas pelo então presidente estadunidense Lyndon B. Johnson, no dia 2 de abril de 1964 Goulart iria para seu exílio no Uruguai e seria concretizado o golpe de direita, tendo início o governo militar no Brasil. Em 1963 Ildo Meneghetti volta a se reeleger como governador do Estado do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, a posição do governador Ildo Meneghetti (PSD), eleito em 1963, foi de apoio ao golpe militar. Ele não hesitou em transferir a capital do estado para a cidade de Passo Fundo, já que Porto Alegre era um baluarte trabalhista e de resistência ao golpe. No final da manhã do dia 1º de abril, Meneghetti publicou uma declaração, afirmando que deixaria o Palácio Piratini e rumava para o interior para aliar-se às guarnições rebeladas contra João Goulart. (KÜHN, 2002, p. 147-148).

Como a citação acima, Meneghetti não só era a favor do golpe, como também ajudou a impossibilitar uma reação do povo gaúcho contra o golpe dos militares. Tanto no contexto regional como no nacional, a partir de 1964, o cerco contra o esquerdismo e a qualquer outro opositor foi se acirrando.

Após o golpe, baseado em “ato institucional” promulgado em 9 de abril, ao se qual seguiram diversos outros, os altos oficiais das três Forças Armadas intervieram nas associações sindicais e profissionais, no Poder Legislativo, no Executivo e no Judiciário; expurgaram, prenderam, torturaram políticos de

esquerda e líderes sociais e populares. (MAESTRI, 2010, p. 378).

Coordenando esta caça às bruxas, está o novo presidente Humberto Castelo Branco. Cerca de um ano depois, o governo instituiria o Ato Institucional Número Dois, o qual extinguiria os partidos políticos, daria poder ao presidente de fechar o Congresso, como também faria com que as eleições para presidente passariam a ser indiretas, ou seja, não eram eleitos pelo povo. No Brasil passam a existir somente dois partidos após o decreto do ato, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) os quais ditariam o poder até 1979. Em 1966 é “eleito” um novo presidente, General Artur da Costa e Silva.

Em fevereiro de 1966, o AI-3 foi decretado, estabelecendo eleições indiretas também para governadores de estado e para municípios considerado de “segurança nacional”. Na primeira eleição indireta no Rio Grande do Sul, a Arena e o governador Ildo Meneghetti (que fora mantido no poder pelos militares) indicaram como candidato o coronel da Brigada Walter Peracchi Barcellos. Para garantir a sua eleição pela Assembleia, o governo não hesitou em cassar deputados da oposição, garantindo a maioria para a bancada governista. (KÜHN, 2002, p. 149-150).

Os militares fechavam cada vez mais o cerco, obtendo o controle em todas as esferas governamentais. Dois anos depois, em 1968 seria decretado o Ato Institucional Número Cinco, fechando de vez o Congresso e retirando os direitos políticos e constitucionais dos civis. Em 1969, é posto no poder o General Emílio Garrastazu Médici, adentrando o período mais fechado do regime militar, a década de setenta.

3.2 Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul

As bibliotecas públicas ao longo da história têm cumprido o papel de preservar a memória, o conhecimento, e a cultura, salvaguardando, processando e disseminando a informação.

O ser humano possui uma especial forma de comunicação, utilizando recursos gráficos que preservam sua herança cultural. Em preexistente e a cultura de outras sociedades para as futuras gerações. Por esse motivo esses registros gráficos precisam ser preservados e organizados. Assim, a biblioteca aparece como uma instituição fundamental para cumprir tal objetivo, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao público. (BRETTAS, 2010, p. 107).

A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul foi inaugurada no ano de 1871, a qual estava sediada na Escola Normal, localizada no município de Porto Alegre na Rua Duque de Caxias esquina com a rua Marechal Floriano, no prédio do Ateneu Rio-grandense, sendo nomeado bibliotecário um dos signatários do projeto que criou a biblioteca, dr. Fausto de Freitas Castro. Segundo Jardim (2002, p. 32) “ao final de sua gestão a instituição contava com 1809 obras em 3566 volumes, entre doações e compras realizadas na Corte e Europa.” Com o passar do tempo as instalações do antigo prédio começaram a se tornar cada vez mais inadequadas devido à frequência cada vez maior de pessoas, chegando a ser frequentada por 4.238 usuários no ano de 1881. Em 1906 é transformada em terceira sessão do recém-criado Arquivo Público do Estado, porém, três anos mais tarde, a Biblioteca se desligaria do Arquivo.

A Biblioteca foi desanexada do Arquivo Público através do Decreto nº 1435 de 11 de fevereiro de 1909, formando uma repartição autônoma ligada diretamente à Secretaria do Interior e Exterior. Este ato foi muito significativo para sua autonomia: sem a dependência do Arquivo e com sua própria dotação orçamentária. (JARDIM, 2002, p. 40).

A biblioteca começa cada vez mais a se firmar como instituição e em grande parte graças a Victor Silva. Em 1906, no dia 10 de abril, é nomeado o novo diretor da biblioteca, Victor Silva, um dos responsáveis pela construção do atual prédio da

Biblioteca Pública. Convidado pelo próprio Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros para o cargo de “bibliotecário”.

Para um juízo em que contexto a biblioteca estava inserida é preciso discorrer sobre o que foi o positivismo no Rio Grande do Sul. O positivismo foi uma corrente filosófica europeia, mais precisamente na França, do início do século dezenove, tendo como seu idealizador Augusto Comte. No Brasil, ocorreu da metade do século dezenove e no início do século vinte.

As primeiras manifestações do positivismo no Brasil datam de 1850, quando Manuel Joaquim Pereira de Sá apresentou tese de doutoramento em ciências físicas e naturais, na Escola Militar do Rio de Janeiro. (TRINDADE, 2007, p. 27).

Mais tarde, o positivismo apareceria com força no movimento republicano, e em 1891 seria uma das bases para a segunda constituição brasileira. No Rio Grande do Sul, ele seria claramente visto no governo Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (1898-1913), o qual seria um dos idealizadores da construção do atual prédio da BPE.

Em 1911, Victor Silva com o apoio de Borges e do atual Presidente do Estado Carlos Barbosa Gonçalves, foi aprovado o projeto do atual prédio na Rua Riachuelo, esquina com a Rua Gen. Câmara, com muitas características positivistas em suas estruturas, bustos, arabescos, um elevador com medalhões de bronze que retratam cenas da Divina Comédia de Dante.

A construção foi iniciada em 1912 e, em 1914 o Governo resolveu autorizar sua ampliação. Em 07 de fevereiro de 1916, foi franqueada ao público, em caráter provisório, na sala de leitura do primeiro andar. Em 08 de março de 1919 abriu-se um crédito de 500:000\$000 réis, destinados à ampliação do edifício em mais sete salas e um jardim interno. (DOBERSTAIN, 1992, p. 19).

Com o custo total de 1.448.659\$611 réis, suas portas só seriam abertas novamente em sua inauguração, no dia 7 de setembro de 1922 no Centenário da Independência. No ano de sua abertura contava com cerca de 30 mil volumes tendo uma média mensal de dois mil usuários. No mesmo ano viria a falecer Victor Silva.

No aniversário de falecimento de Victor Silva e Eduardo Guimarães foi prestada uma homenagem a esses dois ex-diretores, que por coincidência faleceram no mesmo dia e mês. (Victor Silva em 13 de dezembro de 1922 e Eduardo Guimarães em 13 de dezembro de 1928). Sendo diretor da instituição, Manoelito de Ornelas Organizou e presidiu uma cerimônia na Biblioteca Pública no dia 13 de dezembro de 1938, inaugurando medalhões em bronze com a efígie dos homenageados. (JARDIM, 2002, p. 48-49).

Estes medalhões estão até hoje presentes em uma das paredes internas da Biblioteca Pública. Em 1944, o diretor da Biblioteca Reinaldo Moura, após visita da Secretaria de Saúde à Biblioteca Pública, muda a sala de leitura do porão da biblioteca para o salão de conferências, devido à precariedade de luz e ventilação no subsolo.

Em 1954, a Biblioteca passa a fazer parte da recém-criada Divisão de Cultura, sendo parte da Diretoria de Letras, o que acabaria provocando quatro anos mais tarde a criação de um setor de referência e pesquisa na Biblioteca. Em 1956 o diretor apela à Secretaria de Obras Públicas para que seja feito reparos no prédio da Biblioteca.

Com a orientação do pintor Ado Malagoli, que era diretor da Divisão de Cultura, os vestibulos, a secretaria e as salas de leitura foram remodelados, perdendo a pintura original do prédio. Quando ocorreu esta mutilação do prédio da Biblioteca Pública, o fato não teve muita repercussão; os defensores do patrimônio histórico tiveram uma atuação discreta e a imprensa tratou o caso com pouca ênfase. (JARDIM, 2002, p. 50).

Foram justificadas na época, que estas mudanças, foram feitas para o bem dos usuários, que a antiga pintura não havia nenhum valor artístico e que prejudicava as linhas arquitetônicas do prédio.

No total, até o ano que o trabalho discorrerá foram quatorze diretores que administraram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. No período de análise dos recortes de jornais, houve mais duas gestões.

Lucília Minssen nasceu no município de Cachoeira do Sul no RS, graduou-se em biblioteconomia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Fez mestrado no George Peabody College nos Estados Unidos da América, posteriormente assumiu o cargo de professora da UFRGS, no curso de biblioteconomia. Assumiu a direção da BPE no ano de 1963 até 1965.

Adda Drügg de Freitas nasceu no município de Pelotas no RS, graduou-se em biblioteconomia pela UFRGS. Fez mestrado em didática e técnica audiovisual pela PUCRS, se especializando em informática jurídica. Fez pós-graduação em ciência da informação, se tornando posteriormente professora titular da UFRGS no curso de biblioteconomia. Foi diretora da BPE no período de 1965 a 1967, sendo uma das responsáveis pela criação do setor de documentação do RS.

A gestão destas duas diretoras da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, dão início a uma mudança histórica nesta instituição. Anteriormente este cargo era ocupado por escritores e engenheiros, pessoas não qualificadas para a organização e gestão documental. Porém com a posse de Lucília Minssen e posteriormente com a posse de Adda Drügg, sendo ambas graduadas em biblioteconomia houve grandes mudanças na gestão da informação, justamente no período que a malha da censura a informação caía sobre o Brasil.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Para a concretização deste trabalho, foram utilizadas duas linhas de fontes documentais, a primeira se trata da imprensa impressa da época, por intermédio de três veículos de comunicação, os jornais Correio do Povo, Folha da Tarde e a Revista do Globo. Estes recortes de jornais e revista fazem parte do arquivo da BPE. A segunda fonte é o Relatório Anual feito pela Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, produzida na época pela administração e direção da Biblioteca. Ambas as fontes documentais ficam localizadas no Setor do Rio Grande do Sul da BPE.

O jornal Correio do Povo foi fundado por Francisco Antônio Caldas Júnior, tendo sua primeira fase de circulação do dia primeiro de outubro de 1895 em 16 de junho de 1984. Nesta primeira fase foi considerado o jornal de maior tiragem do sul do Brasil. Em sua segunda fase, foi assumido por nova direção (FRANCO, 2004), continuando em circulação até os dias de hoje. A Revista do Globo começa sua circulação no dia 5 de janeiro de 1929 com o nome de Revista do Globo: periódico de cultura e vida social, sob a direção de Mansueto Bernardi, tendo diversos diretores ao longo de sua história. Constituíam-se de uma revista de texto e imagens, sendo extinta no ano de 1967. (PUC, 2016). O jornal Folha da Tarde, criado por Breno Caldas, começou a circular no ano de 1936. Seu primeiro diretor foi o escritor Viana Moog, tendo formato de tablóide, chegando a ter em suas equipes nomes como, Carlos Reverbel e Walter Galvani. Devido à crise que se abateu sobre a Companhia Caldas Júnior, encerrou seus serviços no ano de 1984. (MUSEU..., 2016).

A biblioteca pública como instituição é um organismo atemporal, que salvaguarda a cultura e a informação de um povo, e a perpetua através das gerações. Tem o papel de instruir e construir o cidadão, como também ajudar no desenvolvimento tecnológico local. Uma das ferramentas que possibilita esta tarefa é o serviço de referencia a informação, o qual com o auxílio do bibliotecário é fornecida a informação necessária com as fontes mais confiáveis a disposição. A biblioteca pública normalmente é regida por um governo local, a instituição sofre influência direta e indireta das decisões políticas do governo gestor.

A biblioteca pública é uma instituição social e cultural. Uma ordem social dominante influencia, ou determina a trajetória desta instituição, principalmente no que diz respeito à constituição do acervo e ao controle e acesso a informação. (BRETTAS, 2010, p. 101).

A década de sessenta, tanto no Rio Grande do Sul, quanto no resto Brasil foi marcada por mudanças políticas drásticas, o que acabou por influenciar todos os setores públicos do país, afetando diretamente setores como a cultura, e a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, pertencendo a este setor, que acabou por sofrer impactos diretos.

A análise se inicia em 1963 com a troca da direção da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, sendo nomeada, pela então Secretária de Educação e Cultura do Estado Zilá Totta, Lucília Minssen que se torna a nova diretora da instituição. Em reportagem concedida ao jornal Correio do Povo de 17 de março Lucília declara:

Reconhece, de início, a prof. Lucília Minssen, que a Biblioteca Pública passa por uma série de dificuldades para o perfeito atendimento do público: o prédio é inadequado, faltando-lhe iluminação e maiores espaços; o elemento humano é muito restrito, havendo para atender ao público interessado em um dos 85 mil volumes da Biblioteca, cerca de cinco funcionários; a atualização dos livros é bastante restrita; e finalmente as dificuldades financeiras são bastante acentuadas. (CORREIO DO POVO, 1963).

Como mencionado na reportagem, a Biblioteca já vinha com problemas antigos de outras gestões. Lucília Minssen relata desde problemas estruturais do prédio até falta de recursos humanos e financeiros. Alguns dias depois da reportagem do Correio do Povo sobre a posse da nova diretora, no dia 21 de março de 1963 o jornal Folha da Tarde publica uma reportagem na qual menciona graves problemas estruturais:

O mau estado em que se encontra a rede elétrica da Biblioteca Pública do Estado, com fios desencapados e sem chaves de luz, fazendo-se ligações de forma primitiva juntando duas extremidades de linhas, poderá ocasionar um medonho incêndio que destruirá em poucas horas um dos mais valiosos patrimônios do nosso povo. [...] Nos últimos tempos inclusive, a Biblioteca Pública do Estado sofreu dois princípios de incêndio, que foram felizmente debelados por funcionários, no instante que perceberam a eclosão. (FOLHA DA TARDE, 1963).

O jornal Folha da Tarde traz em sua edição do dia 21 de março de 1963, as péssimas condições das redes elétricas da Biblioteca Pública, e denuncia dois princípios de incêndio na Biblioteca, sendo contido pelos próprios funcionários, o que poderia por em risco o local de maior registro e salvaguarda de literatura gaúcha do país, como também extinguir um dos principais patrimônios culturais do Estado do Rio Grande do Sul, sua Biblioteca Pública.

Para uma biblioteca pública estadual, o patrimônio cultural do Estado é o seu diferencial informacional, ou seja, é um local de referência quanto à cultura do Estado, o qual a biblioteca representa. Gomes (1982) diz que a biblioteca como instituição atua diretamente sobre a cultura e sua disseminação, sendo que a própria cultura é à base de uma biblioteca. Sendo assim a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul é moldada por diversos tipos de patrimônio cultural, desde a simbologia que originou suas fundações até o acervo que a compõem, esta instituição esta carregada de simbologias que influenciaram e influenciam o povo gaúcho.

Dois dias após a publicação na Folha da Tarde, que relata os problemas que vinham ocorrendo na Biblioteca Pública, no dia 23 de março de 1963 o jornal Folha da Tarde publica nova reportagem.

Êste vespertino divulgou uma noticia que deve merecer a imediata atenção das autoridades governamentais, pelo seu sentido de alertamento. A referida nota diz respeito ao estado lamentável em que se encontram as instalações elétricas na Biblioteca Pública. [...] Imaginem-se as proporções de um sinistro desta natureza num edifício que guarda quase cem mil volumes de obras dos mais variados gêneros, sem contar as coleções de jornais e revistas, que contam a história da imprensa rio-grandense. Eis por que se deve esperar prontas providências de parte dos setores competentes da administração, para evitar uma calamidade. (FOLHA DA TARDE, 1963).

Folha da Tarde cobra das autoridades medidas urgentes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, quanto à precariedade que se encontra a situação da Biblioteca Pública do Estado, traz novamente à tona a questão de que um incêndio poderia destruir não somente o acervo bibliográfico da Biblioteca, mas também destruiria a coleção de jornais que a biblioteca possuía, apagando um registro histórico da imprensa gaúcha.

No dia 27 de agosto de 1963 o jornal Correio do Povo publica a seguinte reportagem com a resposta do Secretário de Obras Públicas João Magalhães Pinto:

Figura 1 - Reportagem do jornal Correio do Povo de 27/08/1963.

SECRETÁRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Instalações da Biblioteca não oferecem perigo

As instalações da Biblioteca Pública não apresentarão perigo algum — disse o secretário das Obras Públicas, sr. João Magalhães Pinto, com respeito a notícias divulgadas pela imprensa da Capital, referentes à periculosidade da iluminação elétrica daquele prédio do Estado.

Informou ainda que a SOP está presente ao assunto, uma vez que o referido prédio — quando das notícias divulgadas — já havia sido vistoriado pelo órgão executor de prédios públicos, através da Diretoria de Obras, o qual apresentou relatório informando categoricamente que as atuais instalações elétricas — embora com defeito — não apresentam nenhuma periculosidade.

Disse ainda o titular da SOP

que o prédio, de construção antiga, não apresentava condições de iluminação próprias para um ambiente de leitura, devido à má distribuição dos aparelhos, lâmpadas quebradas e outras carências. Além disso, não estavam previstos eletrodutos embutidos, já substituídos há algum tempo pela SOP.

O orçamento do referido projeto monta a cerca de Cr\$... 1.416.826,00 e no qual Cr\$... 1.066.826,00 referente ao material e Cr\$ 350.00,00 à mão de obra.

As providências de restauração foram oficiadas à Secretaria de Educação e Cultura, dando ciência das providências adotadas, aliás atendendo à solicitação feita mediante ofício constante no processo 33811-63 pela SEC.

Fonte: Correio do Povo, 1963.

O Secretário de Obras Públicas alega que as instalações elétricas da Biblioteca não apresentam perigo algum, apesar de estarem com defeito. Mencionou que a Secretaria de Obras Pública está acompanhando o caso, e que o prédio da Biblioteca já havia sido vistoriado. O Secretário diz que as providências quanto ao reparo do prédio da Biblioteca Pública do Estado já foram oficiadas para a Secretaria de Educação e Cultura.

O fogo historicamente tem sido a causa da destruição de construções, livros, documentos, como também a causa do desaparecimento de culturas milenares, através da queima dos documentos que as mantinham vivas. Como exemplificado por Báez (2004, p. 26), “[...] se queima o papel, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas.” No caso, a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul mesmo após vistoria não toma nenhuma providência imediata quanto à situação da Biblioteca, mesmo tendo conhecimento da atual situação do prédio e do risco de incêndio iminente, o qual poderia destruir um acervo irrecuperável e varrer do mapa registros identitários da cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1965 a Revista do Globo publica uma reportagem a respeito da Biblioteca Pública do Estado na qual a funcionária Noah Moura concede entrevista:

Para se ter uma ideia imediata do assunto, basta lembrar que em 1964 a verba para bibliotecas e museus foi totalmente congelada. Sentimos a deficiência do prédio que já não atende mais ao número de frequentadores assíduos, a falta de pessoal técnico e a necessidade de atualização bibliográfica de nossa biblioteca: mas o que se pode fazer sem possibilidades econômicas? Diante do problema de salários que o Estado enfrenta, afinal o problema da sobrevivência, ficamos constrangidos de exigir a nossa verba. E a cultura fica, assim, em segundo plano, aguardando que a situação se normalize. (MOURA, 1963, p. 67).

A entrevistada Noah Moura, revela a Revista do Globo que no ano de 1964 não foi repassado nenhuma verba para a Biblioteca Pública do Estado, menciona que o prédio da Biblioteca é deficiente para a quantidade de usuários que atende, tendo também uma defasagem de acervo, devido à falta de verba. Noah ainda menciona que “a cultura fica em segundo plano”.

Em reportagem publicada pelo jornal Correio do Povo no dia 6 de março de 1965 o deputado Pedro Simon cobra do executivo a manutenção das instalações elétricas da Biblioteca Pública do Estado como também medidas para a prevenção de incêndio, em resposta:


Da resposta enviada ao Legislativo, consta a informação que a instalação elétrica da Biblioteca Pública foi totalmente reformada em 1963, pela seção competente da Secretaria de Obras Públicas. [...] Só não foi terminada uma pequena parte no porão, sala de jornais, por falta de verba. [...] O

pronunciamento do sr. Waldir Maggi, titular das Obras Públicas, que consta do processo, diz que “as instalações elétricas do edifício da Biblioteca Pública oferecem condições normais de eficiência e segurança, nada havendo que autorize a suspeitar de perigo iminente de incêndio”. Por outro lado, a Brigada Militar informou não haver feito nenhum levantamento na rede elétrica da Biblioteca Pública, pelo Corpo de Bombeiros. (CORREIO DO POVO, 1965).

Segundo a resposta enviada ao Legislativo, a elétrica da Biblioteca foi completamente reformada em 1963, o que acaba por se contradizer quando afirma que somente não foi feita a parte do porão, justamente onde era abrigada a coleção de jornais da Biblioteca Pública. Waldir Maggi alega que o prédio não apresenta nenhum risco, mesmo o prédio não passando por nenhuma vistoria do Corpo de Bombeiros.

No dia 27 de janeiro de 1966, o colunista Hilário Honório através da coluna política o perdigueiro do jornal Folha da Tarde traz provas contrárias as alegações de Waldir Maggi:

Figura 2 - Coluna 'O Perdigueiro' do jornal Folha da Tarde de 27/01/1966.

FÔLHA EM  **Hilário Honório**
TÓPICOS

BIBLIOTECA (OUTRA VEZ)

✱ A propósito de tópico divulgado pelo HH há dois dias, recebo outras e interessantes informações sobre a Biblioteca Pública. Para início de conversa, acrescento que tudo o que aqui foi registrado ficou plenamente confirmado. Mas o que muita gente não sabe, por exemplo, é que existe um parecer do Corpo de Bombeiros, recomendando uma completa reforma no sistema elétrico daquela Casa, sob pena de muito breve termos ali um violento incêndio de conseqüências incalculáveis. Este fato é do conhecimento do Governo do Estado, através de diversos órgãos, como Secretaria de Educação, Secretaria de Obras Públicas e Secretaria de Segurança Pública. Mas nenhuma medida foi tomada, até o momento, para impedir qualquer incêndio na Biblioteca Pública. É idéia da atual direção da Biblioteca mudar o local do motor que faz funcionar o elevador que leva e traz os pedidos do primeiro para os demais andares do prédio. Este elevador, presentemente paralisado em virtude de um acidente, já em 1930, quando era Diretor da Biblioteca Pública o escritor Augusto Mayer, necessitava de consertos. Outro detalhe: a partir de fevereiro, a Biblioteca Pública vai reiniciar suas atividades normais, isto é, com horário de 8 da manhã às 23 horas, ininterruptamente. Presentemente, prestam serviços à Casa 38 funcionários, sendo 28 destacados para atender o público, sobrando 10 para os serviços burocráticos e técnicos, o que é insuficiente. Para terminar, faço aqui um apêlo aos que vão consultar livros didáticos da Biblioteca: procurem não deprender estas obras, muitas impossíveis de serem encontradas, pois não são mais editadas.

Fonte: Folha da tarde, 1966.

Segundo a coluna do Hilário Honório, havia um parecer do Corpo de Bombeiros recomendando a completa reforma da rede elétrica do prédio da Biblioteca, havendo perigo iminente de incêndio. De acordo com o mesmo colunista, o Governo do Estado tem conhecimento da situação.

No dia 11 de fevereiro de 1966, o jornal Correio do Povo publica nova matéria sobre a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul:

Tendo em vista a grave crise por que passa a Biblioteca Pública, o Secretário de Educação em exercício sr. José Carlos Kist avistou-se com o Secretário de Obras Públicas, arquiteto Waldir Maggi, a fim de encontrar uma pronta solução para o caso. Pelo que ficou assentado na reunião o titular da Pasta da Educação avistar-se-á ainda hoje com o governador do Estado, quando então solicitará os meios necessários para a realização das obras requeridas ao bom andamento dos serviços na Biblioteca do Estado. (CORREIO DO POVO, 1966).

Segundo a reportagem do Correio do Povo, Secretário da Educação e o Secretário de Obras Públicas se reuniram para tentar achar uma solução para os problemas da Biblioteca Pública do Estado, sendo marcada uma reunião com o próprio Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti. Na mesma data, 11 de fevereiro, foi publicado no jornal Folha da Tarde uma reportagem que levanta a mesma reunião entre os secretários e o futuro encontro com o governador do Estado Ildo Meneghetti, com uma pequena diferença, a reportagem relata que o elevador da Biblioteca está estragado:

Figura 3 - Reportagem do jornal Folha da Tarde de 11/02/1966.

PROBLEMA DA BIBLIOTECA

Sensível ao problema surgido na Biblioteca Pública, cujo elevador para livros deixou de funcionar, o Secretário de Educação, sr. José Carlos Kist avistou-se com o Secretário de Obras Públicas, arquiteto Valdir Maggi, a fim de encontrar uma pronta solução para o caso. Pelo que ficou assentado na reunião entre aqueles dois secretários, o titular da Pasta da Educação avisar-se-á ainda hoje com o Governador do Estado, quando então solicitará os meios necessários para a realização das obras requeridas para o bom andamento dos serviços na Biblioteca do Estado.

Fonte: Folha da Tarde, 1966.

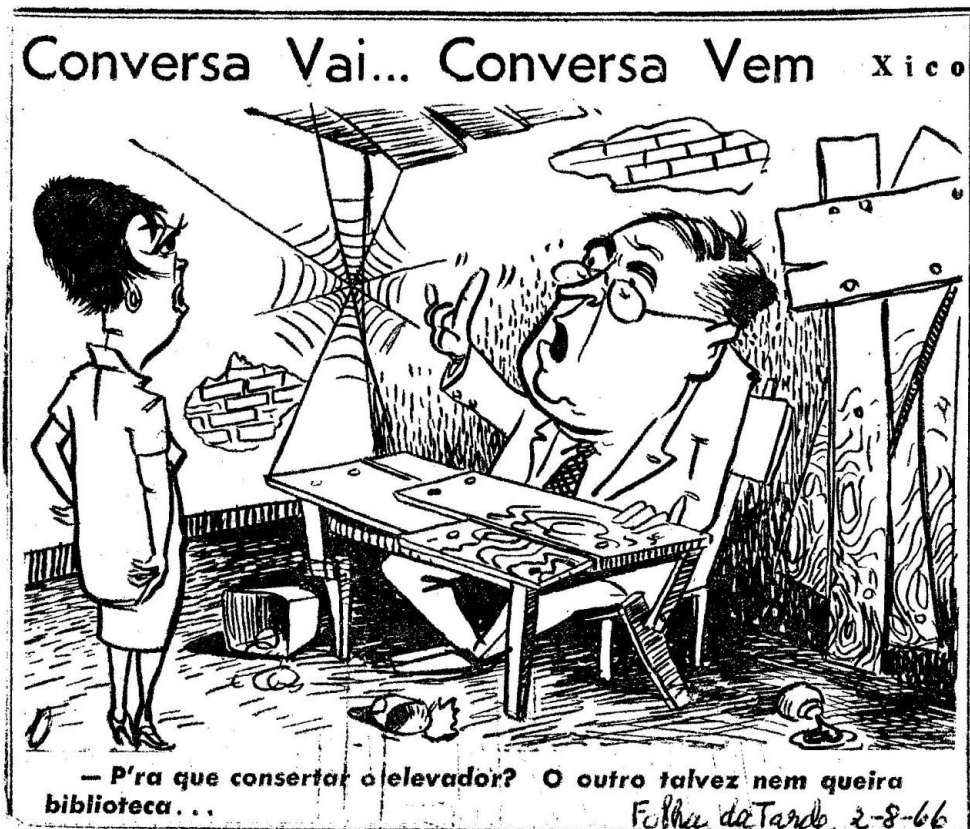
O período era de conturbação política no país, e no Estado do Rio Grande do Sul, neste mesmo período, segundo Kühn (2002) no mesmo mês desta publicação do jornal Folha da Tarde, foi declarado o AI-3, que instituiria as eleições indiretas para os governos dos Estados. Ou seja, era um momento de transição, logo o governo atuante seria trocado. O Governo do Estado já tinha ciência da situação atual e do que ocorreria dali por diante. A grande questão é que aproximadamente seis meses após estas reuniões, entre os Secretários e a reunião com o Governador, é publicada uma reportagem no jornal Folha da Tarde em 1º de agosto de 1966, com o título de “Biblioteca Pública prejudicada pela paralisação do elevador há 224 dias”:

Há mais de sete meses. Para sermos exatos, há 224 dias, hoje. Desde 20 de dezembro de 1965 que o elevador que deve transportar livros para os consulentes da Biblioteca Pública do Estado não funciona. [...] É claro que a sra. Adda Drug de Freitas, diretora da Biblioteca, já fez “baixar” os livros mais necessários, solicitados mais amiúde. Mas não todos. Que não era possível. E como não dispõe do número de funcionários para subir e descer escadas e mais escadas com os livros, levar e trazer, recolocar no lugar e despachar solicitações, o remédio é dizer não. (GALVANI, 1966).

O problema é que não se trata de um elevador de transporte de pessoas, mas sim um elevador de carga, que era utilizado para o transporte de livros da biblioteca. O acervo era localizado no segundo piso da Biblioteca, sendo o mesmo fechado para o público, então a consulta dos livros dependia do elevador, pois não havia funcionários e estrutura para deslocar o acervo de aproximadamente cem mil volumes para o andar térreo.

Um dia após a reportagem de Walter Galvani a Folha da Tarde publica uma sátira de autoria do artista plástico Francisco Stockinger a respeito da situação da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 4 - Charge de Francisco Stockinger do jornal Folha da Tarde de 02/08/1966.



Fonte: Folha da Tarde, 1966.

A sátira em forma de quadrinhos retrata a situação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como também o descaso do Governo com a Biblioteca Pública do Estado. Reparem que a sala na qual o Governador Ildo Meneghetti está, mostra como se o Governo não tivesse condições financeiras, ou mesmo, uma administração desleixada por parte do governador e de seu quadro de funcionários. Em frente ao Governador está uma mulher com uma cara de surpresa, ou mesmo assustada, com a situação e com a fala do governador Ildo Meneghetti, “P’ra que consertar o elevador? O outro talvez nem queira biblioteca...”. A tirinha denuncia um total desinteresse como também um descaso por parte do Estado quanto ao bem cultural Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

O desinteresse também é uma forma de destruição do patrimônio, como exemplificado por Báez (2004, p.111), “Juvenal se queixava da vida efêmera do papiro. Ignora, no entanto, outro perigo mais temível e destrutivo: o desinteresse.” Sendo omissos quanto à situação da Biblioteca, quanto ao perigo de incêndio, como também com o fato dos consulentes não terem condições de acessar as obras da Biblioteca Pública devido ao elevador estar estragado, ele cooperava direta e indiretamente com a destruição da Biblioteca como também negava à população o acesso à informação.

Uma interpretação plausível desta charge, é que o governador Ildo Meneghetti sabia que modelo de Governo que estava por vir, sendo importante lembrar que pouco mais de um mês depois da publicação desta charge, toma posse o novo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Coronel da Brigada Militar Walter Peracchi Barcelos, com fraudulenta eleição indireta. Segundo Kühn (2002) os militares indicaram Walter Peracchi, e não mediram esforços para que ele fosse eleito, caçando deputados e fraudando a eleição.

No ano de 1965, foi enviado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul o relatório anual da Biblioteca Pública do Estado, o qual descreve as atividades realizadas, como também, dando um panorama geral da instituição, incluindo as instalações físicas da biblioteca.

No relatório de 1965 consta uma sessão nomeada “ocorrências”, o qual descreve principais fatos ocorridos na Biblioteca no ano.

c) Princípio de incêndio na B.P., tendo ocorrido na parte superior do prédio, onde está instalado o motor que movimenta o elevador de livros, em 20 de dezembro p. p. d) Curto circuito ocorrido em 27 do mês p.p. na Secção de Periódicos com princípio de incêndio. No primeiro caso foi chamado o Corpo de Bombeiros. e) Paralisação total do Serviço de Leitura, nos últimos dias de dezembro com o elevador de livros fora de uso (queima dos rolamentos do motor). (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

Além dos dois focos de incêndio ocorridos na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1963, como foi apresentado pelo jornal Folha da Tarde, houve dois princípios de incêndio na Biblioteca em 1965 como é mostrado no relatório anual feito pela própria Biblioteca Pública para a Secretária de Educação e Cultura. Como também se tornou do conhecimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que o elevador de carga não funcionava, impossibilitando os leitores da Biblioteca o acesso a seu acervo completo, contando com um numero irrisório de obras para a consulta.

Há outra sessão no relatório anual Biblioteca Pública do Estado chamado “Necessidades mais prementes da B.P.”, este capítulo contém seis subdivisões, “Funcionários”, “Iluminação”, “Elevador de Livros”, “Conservação do Prédio”, “Verba”, e “Dedetização”, nas quais como apresentado no título do capítulo, mencionam as principais necessidades da Biblioteca.

A subdivisão nomeada “Funcionários” relata à Secretaria de Educação e cultura a falta de funcionários especializados para atuarem no setor.

A biblioteca não possui nenhum bibliotecário em seu quadro de funcionários. O trabalho árduo de bibliotecnia é feito por professoras - bibliotecárias que estão à disposição da B.P. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

A subdivisão nomeada “Iluminação” relata as condições da rede elétrica do prédio e trabalho de reparos na mesma, como também menciona a situação da iluminação do prédio.

Completamente paralisado o trabalho de recuperação da rede elétrica do prédio, que a Secretaria de Obras Públicas vinha fazendo. No decorrente ano, nada foi feito, o trabalho de recuperação foi interrompido, apresentando perigo a varias secções e grade parte da casa está as escuras. (depósito de

livros) (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

A subdivisão nomeada “Elevador de livros” relata as condições e os problemas apresentados pelo elevador de carga da Biblioteca, que possibilitava o acesso do acervo aos usuários.

Durante o ano parou por vários dias e horas, e, atualmente encontra-se desligado face o incêndio nos rolamentos do motor. Isto prejudica o atendimento do serviço de leitura. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

A subdivisão nomeada “Conservação do prédio” relata as condições gerais da estrutura onde é abrigada a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, como também do mobiliário.

O prédio necessita com urgência de vários consertos para sua conservação: há paredes rachadas, goteiras, trincos quebrados e outros estragados, vidros quebrados, encanamento deficiente. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

A subdivisão nomeada “Verba” relata os repasses de verba do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para a Instituição Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Não recebemos, no decorrente ano verba alguma para aquisição de obras. A biblioteca Pública do Estado, incorporou a seu acervo, somente livros doados, gentilmente ofertados por particulares e associações, e, isto com uma frequência de 154.948 consulentes e leitores, e com a movimentação de 151.940 obras, no ano de 1965. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

A subdivisão nomeada “Dedetização” relata os danos causados pelas brocas e traças acerca do acervo da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

É de urgência e de extrema necessidade conter o estrago, pela broca, a que os livros e jornais estão submetidos. Alguns votados e desaparecer, devorado pelos bichos. Possuímos obras de grande raridade e periódicos que outras Bibliotecas

no Estado não tem. Coleções de jornais antigos, que fazem parte da história Riograndense. Os métodos de dedetização que podemos recorrer, tem se mostrado insuficientes. A fim de preservar no acervo – jornais antigos – foram no ano de 1964 algumas coleções microfilmadas. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1965).

Analisamos ao longo desta sessão, dois diferentes tipos de documentação, reportagens dos jornais Correio do Povo, Folha da Tarde e Revista do Globo do período de 1963 à 1966, como também analisamos o relatório anual da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, do ano de 1965. Ao longo desta análise foi-se deparando com relatos e pedidos da comunidade, mídia impressa e da própria gestão da Biblioteca Pública, para que os problemas estruturais da Biblioteca fossem sanados, correndo o risco de o prédio da instituição sofrer um grande incêndio podendo perder sua coleção de obras literárias, que continham itens inestimáveis e irrecuperáveis. Pedidos redigidos direta e indiretamente ao Governador do Estado Ildo Meneghetti, os quais foram negligenciados em sua maioria, e quando atendidos, feito de forma parcial, não sanando totalmente o problema. Podemos concluir que houve negligência por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em relação a problemas e riscos que corria a instituição Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou recuperar informações sobre problemas transcorridos com a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul entre 1963 e 1966, e a reação dos governantes do Estado do Rio Grande do Sul quanto a estes problemas. A monografia foi construída através de pesquisa bibliográfica e documental, a parte que se refere à pesquisa bibliográfica ficou responsável por orientar o leitor e contextualizar o período analisado, como também transcorrer a trajetória da Biblioteca e o seu grau de importância para o povo gaúcho.

Ao longo do trabalho de pesquisa documental, foram constatados inúmeros indícios de negligência por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Negligência esta, com o patrimônio cultural dos gaúchos, neste trabalho representado através da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e com as pessoas que usufruíam deste espaço, o povo gaúcho. O próprio risco de incêndio eminente, o acesso ao acervo restrito a poucas obras devido ao elevador estragado, a falta de iluminação na Biblioteca que são levantados diversas vezes ao longo do trabalho de pesquisa. A demora em tomarem medidas cabíveis para conter este perigo que historicamente destrói culturas, já demonstra um descaso criminoso com os bens culturais do Estado. Portanto, isso deixa a posição bem clara do Governo da época quanto aos meios de guarnição da cultura.

Do período de 2007 a 2015 o prédio da BPE na Rua Riachuelo 1190, ficou fechado para reforma, sendo locada temporariamente na Casa de Cultura Mario Quinta, localizada na Rua dos Andradas 736, em Porto Alegre. Foram cerca de quarenta mil obras deslocadas para atendimento ao público no período em que o prédio histórico permaneceu fechado. A Biblioteca Pública do Estado é entregue à população novamente no dia 15 de dezembro de 2015, com o prédio parcialmente reformado, devido à falta de verba. Após oito anos com a consulta reduzida do acervo, a BPE reabre sem os devidos investimentos em climatização, o qual é primordial para a preservação do acervo e sem o sistema de segurança que coibiria furtos de obras que compõem o acervo da biblioteca. Como também sem o sistema de prevenção de incêndios, o qual poderia evitar princípios de incêndio, como os já ocorridos na BPE na década de 60.

Em outubro de 2016 foi publicado um manifesto da ONG Defender, pedindo esclarecimentos à Secretaria Estadual da Cultura (SEDAC). Este esclarecimento

referindo-se a retirada do serviço de vigilância noturna durante o mês de outubro. Este serviço de vigilância é responsável por garantir a segurança do patrimônio das instituições da cultura do Rio Grande do Sul, o que inclui a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. A justificativa desta ação do governo do estado, é o corte de gastos.

Como levantado no manifesto da ONG Defender, em apoio às instituições da cultura do Estado do Rio Grande do Sul quanto à retirada da vigilância noturna por parte do Governo do Estado, sendo posteriormente retomada em período integral somente por pressão da população e dos órgãos da cultura. Isto demonstra mais uma vez o total desinteresse por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul quanto à cultura e suas instituições. Sem a vigilância noturna, o patrimônio cultural pode sofrer depredação ou até mesmo ser roubado. Esta e as demais atitudes apresentadas anteriormente, nestas considerações, mostram que a realidade a qual a cultura sobrevive hoje em dia, é a realidade de ser deixada em segundo plano. O que não difere da década de sessenta, no período que é desenvolvida análise deste trabalho, onde os interesses políticos se sobrepõem sobre o patrimônio, a cultura e a história de um povo.

Podemos concluir que historicamente a cultura, seu patrimônio, e suas instituições no Estado do Rio Grande do Sul, ocupam uma posição periférica quanto ao orçamento do Estado. Esta posição é resultado de uma falta de interesses por parte dos governantes. Isto acaba por refletir diretamente sobre a preservação e a propagação da cultura e da história do povo gaúcho. Lembrando que a cultura e a educação andam lado a lado, pois as bibliotecas públicas têm como missão a instrução contínua e o desenvolvimento cultural da população. Estes fatos apresentados ao longo do trabalho, não somente influenciaram as instituições da cultura, como a Biblioteca Pública do Estado, mas influenciaram diretamente a educação e a instrução da população.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, F. et al. **História da Sociedade Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1981.
- BAEZ, F. **História Universal da Destruição dos Livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BRETTAS, A. P. A Biblioteca Pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010.
- BIBLIOTECA PÚBLICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 mar. 1965.
- BIBLIOTECA PÚBLICA. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 23 mar. 1963.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Anual**: 1965. Porto Alegre, 1965.
- CALDEIRA, J. et al. **Viagem pela História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COM, M. Os Problemas da Biblioteca. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 fev. 1966.
- COSTA, L. C. A.; MELLO, L. I. A. **História do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- COTRIM, G. **História Global**: Brasil e geral. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 2002.
- CURTO Circuito Poderá Destruir Biblioteca Pública. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 21 mar. 1963.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FRANCO, Sérgio Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 4ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. 444 p.
- FRANÇA, V. R. V. Discurso de Identidade, Discurso de Alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, C. et al. **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P. 27-43.
- FUNARI, P. P. A. Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural do Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etimologia**, Porto, 2001. P. 23-32.
- HONÓRIO, Hilário. Biblioteca (outra vez). **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 27 jan. 1966.

GALVANI, V. Biblioteca Pública Prejudicada pela Paralisação do Elevador há 224 Dias. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 01 ago. 1966.

GARCIA CANCLINI, N. Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural. **Cuadernos Patrimonio Etnológico**: nuevas perspectivas de estudio e consejería de cultura. Andalucía. 1999. P.16-33.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

GIARDINELLI, M. Cultura, Identidade Regional e Globalização. In: SCHÜLER, F. L.; BORDINI, M. .G. (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. P. 81-86.

GOMES, S. C. Biblioteca e Sociedade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, P. 14-21, mar. 1982.

IDENTIDADE. In: FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

INSTALAÇÕES da Biblioteca Não Oferecem Perigo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 ago. 1963.

JARDIM, J. A. **Biblioteca**: onde circula o espírito do mundo. Rio de Janeiro: Elape, 2002.

KÜHN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAESTRI, M. **Breve história do Rio Grande do Sul**: da Pré-História aos dias atuais. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

MIRANDA, A. Globalização, Identidade Cultural e Conteúdos. **Sociedade da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, P. 78-88, maio/ago. 2000.

MOURA, N. Biblioteca Pública: sobrevivência e cultura. **Revista do Globo**, n. 889, jan., 1965.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. **Destaques do Acervo de Imprensa**. Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <<http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/destaques/destaques-imprensa/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA. **DELFO**: espaço de documentação e memória cultural. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=globo>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

PROF.^a Lucília Minssen Examina a Situação da Biblioteca Pública. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 mar.1963.

STOCKINGER, F. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 2 ago. 1966.

TRINDADE, H (Org.). **O Positivismo**: teoria e prática. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. **Mestrado Patrimônio Cultural**. Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/78-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-natural>>. Acesso em: 03 jun. 2016.